



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

231111

Projeto de Lei nº 250/2019

**EMENTA:** Assegura ao aluno com deficiência a matrícula na escola da rede pública municipal de ensino mais próxima de sua residência, bem como a acessibilidade e o ensino adequado, por meio de professores habilitados para seu devido acolhimento.

A Câmara Municipal de Campinas aprovou, e eu, Prefeito Municipal de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica assegurada ao aluno com deficiência a matrícula na escola da rede pública municipal de ensino mais próxima de sua residência, bem como a acessibilidade e o ensino adequado, por meio de professores habilitados para seu devido acolhimento.

Parágrafo único. A matrícula referida no caput deste artigo será efetivada quando forem observados os critérios e a autorização da Secretaria Municipal de Educação, a fim de que ocorra a inclusão social do aluno com deficiência.

Art. 2º Por ocasião da solicitação da matrícula, o aluno com deficiência deverá apresentar comprovante de residência e atestado médico.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 25 de setembro de 2019.

**CARMO LUIZ**

Vereador  
Líder do PSC



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

## JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente projeto de lei, pois é lei municipal sancionada recentemente no município de Porto Alegre/RS.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio de emenda constitucional, garante a qualquer pessoa com deficiência o direito de estudar em escola pública. A Convenção constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos as pessoas e em particular das com deficiência. Ela reafirma os princípios universais – dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação – em que se baseia e define as obrigações gerais dos Governos neste sentido. Ela reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação e assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. Ou seja, tal direito é garantido também no contexto da educação de jovens e adultos (EJA).

A Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva garante também atendimento educacional especializado (AEE). A função do AEE é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para a eliminação das barreiras para a plena participação dos alunos, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O referido atendimento complementa e/ou suplementa o processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Ou seja, não é substitutivo, devendo ocorrer no contra turno escolar.

Portanto, peço aprovação dos nobres vereadores para aprovação deste importante projeto de lei.

Campinas, 25 de setembro de 2019.

**CARMO LUIZ**

*Vereador*

*Líder do PSC*